



Mercantilização e precarização do trabalho docente no ensino superior privado

Commodification and precariousness of teaching work in private higher education

Vânia Dalla Rosa¹

 <https://orcid.org/0000-0002-5733-3960>  <http://lattes.cnpq.br/8380908507596899>

Marilandi Maria Mascarello Vieira²

 <https://orcid.org/0000-0002-5531-9946>  <http://lattes.cnpq.br/3727231433150326>

RESUMO

Este trabalho aborda a mercantilização e a precarização do trabalho docente, tendo como objetivo identificar como o processo de precarização e mercantilização do ensino ofertado pelas instituições de educação superior privadas tem impactado o trabalho docente. Trata-se de trabalho de abordagem mista, do tipo exploratório, que foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental, a partir dos dados do censo escolar do ensino superior, disponíveis no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e matérias publicadas em sites da Internet. Os dados desvelam o processo de precarização das condições de trabalho docente na educação superior privada, especialmente em relação à redução de vagas, contratos temporários, ampliação do número de alunos atendidos e maior controle sobre o trabalho docente, especialmente em decorrência da ampliação dos cursos ofertados na modalidade de educação a distância e ao ensino remoto, exigência do distanciamento social imposto pela pandemia do coronavírus.

Palavras-chave: profissão docente; precarização; ensino superior privado.

ABSTRACT

This study addresses the commodification and precariousness of teaching work, aiming to identify how the process of precariousness and commodification of education offered by private higher education institutions has impacted teaching work. This is a mixed-approach research of the exploratory type, which was developed through bibliographic and documental research, based on data from the school census for higher education, available on the website of the National Institute for Educational Studies and Research Anísio Teixeira, and articles published on Internet sites. Data have revealed the process of precarious working conditions for professors in private higher education institutions, especially in relation to the reduction in faculty positions, temporary contracts, expansion of the number of students enrolled, and

¹ Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó, Chapecó/SC - Brasil. E-mail: vaniadalla@unochapeco.edu.br

² E-mail: mariland@unochapeco.edu.br



greater control over teaching work, especially because of the increase in courses offered in the form of distance education and remote teaching, a requirement of social distancing imposed by the coronavirus pandemic.

Keywords: *teaching profession; precariousness; private higher education.*

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A sociedade atual tem vivenciado um processo de transformação em vários setores da vida humana que afeta o mundo do trabalho, como as decorrentes da globalização, da reestruturação produtiva e da implantação de políticas neoliberais e, segundo Druck (2016), essas transformações envolvem a flexibilização, a desregulamentação e a precarização do trabalho no modo de produção capitalista.

Na iniciativa privada, essas mudanças do mercado foram alavancadas pela revolução tecnológica, onde a produção nos moldes fordista, produção rígida, em série, larga escala e rotinas padronizadas não atendem mais as suas demandas. Assim, a produção Jus-in-Time passa a ser utilizada por ser flexível, de pequenos lotes e com produtos para atender as suas necessidades.

Essa situação tem resultado na deterioração das condições de trabalho e, segundo Fávero e Bechi (2020), o capital tem se utilizado da subjetividade concorrencial como mecanismo para aumentar a eficiência e a produtividade dos trabalhadores e para submetê-los a condições precárias de trabalho. Essa subjetivação, de acordo com os autores, é um dos efeitos da globalização e das políticas neoliberais que refletem na mudança de perspectiva no sistema público e privado, sendo que no primeiro o Estado incorpora princípios do direito comum que é regido pela concorrência ao invés de seguir os princípios do direito público, que é comprometido com políticas de proteção social. Isso ocorre porque o Estado sai do estado de governança “mínimo” e busca ser um estado “forte”, passando a exercer atividade reguladora que busca ampliação dos mercados. (FÁVERO; BECHI, 2020).

Essa nova visão, segundo Fávero e Bechi (2020, p.5) exige também um trabalhador diferente, ou seja, “a formação de um trabalhador polivalente, capaz de desenvolver múltiplas tarefas e com perfil altamente competitivo.” Não ocorre apenas a apropriação do trabalho braçal (corpo), mas do intelectual (mente), onde o trabalhador passa a ser corresponsável pelo êxito ou fracasso da produção e, para tanto, a ideologia capitalista utiliza mini processos de captura dos desejos e da liberdade de cada indivíduo. (FÁVERO; BECHI, 2020). Nessa perspectiva, o labor passa a ser cada vez mais valorizado, criando a associação entre trabalho e identidade e, referindo-se à atividade docente, Elias e Navarro (2019, p.53), afirmam: “A especificidade da relação entre trabalho docente e identidade se destaca em razão da singularidade da profissão que carrega em si uma representação idealizada, da qual o sistema se utiliza para atar esse profissional a condições desfavoráveis, intensificando sua atividade.”

As transformações no setor produtivo da economia trazem consequências para a vida, para o labor e o corpo das pessoas porque, para Fávero e Bechi (2020), o ser humano interioriza que precisa apresentar melhor desempenho para se manter no mercado de trabalho devido ao aumento do número de trabalhadores desempregados. Assim,



ampliam-se os níveis de sujeição dos assalariados a condições de trabalho precarizadas e, devido a toda essa teia de meios subjetivos, a responsabilização pelo sucesso ou fracasso é assumida pelo próprio sujeito, isentando empresas e Estado.

Essa precarização se fez sentir mais intensamente e em maior ritmo nas profissões com menor poder de resistência e pressão, ou seja, menos organizadas do ponto de vista sindical, porém nos últimos anos têm se estendido também para áreas tradicionalmente menos suscetíveis a mudanças, como a profissão docente. Evangelista e Shiroma (2007), tomando como referência os estudos de Delors (1998) e Tedesco (1998), expressam que os professores compõem a maior e mais organizada categoria de funcionários públicos na maioria dos países e que essa capacidade de organização do magistério, especialmente o público, “[...] parece causar temor aos órgãos governamentais e internacionais, razão pela qual está em causa sua adesão ao projeto reformador. (p.533).

Esse projeto reformador se materializa nas proposições do Movimento de Reforma Educacional Global (*Global Education Reform Movement* – GERM) que busca a homogeneização de adoção de políticas e ações das nações e, segundo Verger, Parcerisa e Fontdevila (2018), tem se expandindo e alcançado países que aparentavam ser imunes a essa abordagem de reforma educacional até muito recentemente. Assim, essa alteração na situação dos profissionais da educação pode ser compreendida considerando que “[...] o professor está sendo constituído como obstáculo à reforma educacional e, mais, à reforma do Estado. Intelectuais ligados ao Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe – PREALC – afirmaram que o maior obstáculo para a implementação das reformas educativas é o professor.” (EVANGELISTA; SHIROMA, 2007, p.533).

As pesquisas sobre a situação dos docentes na esfera pública, como as realizadas por Ferreira (2013) e Clementino e Vieira (2020), dentre outros autores, indicam deterioração nas condições de trabalho que, segundo definição de Oliveira e Assunção (2010), é o conjunto de recursos que possibilitam a realização do trabalho, como as instalações físicas, os equipamentos, os materiais, meios para o desenvolvimento das atividades e inclui relações, as quais dizem respeito ao processo de trabalho e às condições de emprego (formas de contratação, remuneração, carreira e estabilidade).

Quanto ao vínculo empregatício, estudos de Clementino e Vieira (2020) indicam que, apesar da exigência legal (CF/1988) de ingresso no magistério público apenas por meio de concursos públicos, na educação básica ainda existe um expressivo número de docentes exercendo as funções por meio de contratos temporários e que em alguns Estados e Municípios pode chegar a percentuais superiores a 40% do corpo docente. Em relação ao trabalho docente nas instituições públicas de ensino superior também há trabalhos que indicam os efeitos nefastos das novas formas de contratação na vida e no trabalho dos professores, como os de Bosi (2007) e Maués e Souza (2016), dentre outros.

Esta tendência a precarização do trabalho docente também ocorre nas instituições de ensino superior privadas que configuram-se como empresas educacionais, pois são organizadas pela mesma lógica que orienta a gestão das empresas capitalistas. Neste tipo de instituição pesquisas como as de Elias e Navarro (2019) e Santos (2012) indicam que a precarização do trabalho docente ocorre de forma ainda mais



acentuada pelos diferentes tipos de contrato, pelo nível de escolarização dos docentes, pela proporção de alunos por professor e também pelo descrédito dos docentes em relação à efetividade da luta pelos direitos trabalhistas, ocorrendo o desmantelamento dos movimentos sindicais, com perda de sua credibilidade e representatividade, o que resulta em desmobilização na defesa de seus direitos e sustenta comportamento submisso em relação à direção das instituições.

Entretanto, pesquisa desenvolvida por Andrade, Lima, Sales e Souza (2018) sobre o estado do conhecimento acerca do tema abrangendo o período de 2007 a 2017, identificou apenas 16 trabalhos que abordam as relações entre terceirização e precarização do trabalho do professor universitário. Assim, o objetivo deste trabalho é identificar como o processo de precarização e mercantilização do ensino ofertado pelas instituições de educação superior privadas tem impactado o trabalho docente.

O presente trabalho está organizado em quatro seções, sendo que a primeira apresenta o caminho metodológico percorrido para a elaboração do trabalho, enquanto que consta na segunda parte uma análise acerca da mercantilização do ensino e da precarização do trabalho docente. A terceira seção busca elucidar como se configura a precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior privadas e, por fim, constam as considerações finais.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

O interesse pelo tema surgiu dos debates realizados numa disciplina do curso de Mestrado em Educação onde se discutiram as mudanças do mundo do trabalho e as implicações na formação e trabalho docente. Durante o período pandêmico foram frequentes as notícias divulgadas em sites da internet sobre as mudanças realizadas pelas instituições de ensino frente ao novo contexto e chamou atenção, especialmente, as medidas de precarização do trabalho docente adotadas especialmente pelas instituições de ensino superior privadas. As leituras instigaram a busca de publicações que auxiliassem a melhor compreender esse cenário e resultaram no presente trabalho.

Considerando seu intento, metodologicamente, do ponto de vista da abordagem, trata-se de uma pesquisa mista porque combina elementos qualitativos e quantitativos na análise do objeto. Minayo e Sanches (1993, p.247) assim caracterizam essa abordagem:

[...] a relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um continuum, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais “ecológicos” e “concretos” e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa.

Quanto a sua natureza, caracteriza-se como pesquisa básica porque tem a finalidade de gerar conhecimentos novos, úteis para a compreensão de uma dada realidade sem, contudo, ter aplicação prática prevista.



Em relação aos procedimentos técnicos, combina a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Para a pesquisa bibliográfica foi realizada uma busca livre de artigos em sites da internet, especialmente nas revistas vinculadas a Programas de Pós-Graduação, usando os descritores precarização, globalização, formação de professores e trabalho docente. Além disso foram selecionadas matérias publicadas em jornais disponíveis em sites da Internet. Para a análise documental foram consultados dados estatísticos do Censo Escolar, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Os documentos são utilizados na pesquisa como fontes complementares de informações que auxiliam para elucidar questões e servir de prova, de acordo com o interesse do pesquisador. Kripka, Scheller e Bonotto (2015, p.58), conceituam pesquisa documental como:

[...] aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno; é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos; é caracterizada como documental quando essa for a única abordagem qualitativa, sendo usada como método autônomo.

Assim, os dados estatísticos do INEP foram inseridos com o intuito de referendar os argumentos apresentados no trabalho.

3. MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Druck (2016), considera a precarização social do trabalho como um processo econômico, social e político que se tornou o ponto central na dinâmica do desenvolvimento capitalista e das políticas neoliberais na busca da acumulação flexível. Essa estratégia patronal de gestão do trabalho é respaldada pelo Estado e seus governos e representa ação de dominação, sendo cada vez mais globalizada, diferenciando-se pelas histórias das lutas e conquistas trabalhistas de cada país.

Segundo Druck e Franco (2009), citados por Damascena e Vale (2020), existem seis tipos de precarização do trabalho:

- a) **vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais:** a mercantilização da força de trabalho produz um mercado segmentado, heterogêneo, onde tem destaque os contratos precários, sem proteção social;
- b) **intensificação do trabalho e terceirização:** produtor de condições precárias ao trabalhador, sustentadas na terceirização, onde ocorre o assédio moral e abuso de poder;
- c) **insegurança e saúde no trabalho:** busca pelo aumento da produtividade a qualquer custo, desconsiderando-se a necessidade de treinamentos;
- d) **perda das identidades individual e coletiva:** produzida pela condição de desempregado e pela ameaça permanente da perda do emprego, que é uma estratégia de dominação;



- e) **fragilização da organização dos trabalhadores:** identificada no enfraquecimento da luta pelos direitos e dos sindicatos, devido à alta concorrência do trabalho e na diversidade de vínculos; e
- f) **condenação e descarte do direito do trabalhador:** promovido pelas formas de regulamentação do Estado, por meio de reformas trabalhistas que defendem a flexibilização como processo austero, pregado em defesa da modernidade nos tempos de globalização.

Nesta mesma linha de pensamento, Venco (2019) informa que os contratos de trabalhos homogêneos, o emprego duradouro, a construção da trajetória profissional em uma mesma empresa, o crescimento do movimento sindical da era fordista e a rigidez nas relações de trabalho já não atendem os anseios capitalistas e às demandas de uma sociedade mais dinâmica, assim, gradativamente são introduzidas reestruturações trabalhistas em nome de uma sociedade mais flexível e moderna.

Nesse contexto, surgem novas formas de contratação, que aliadas a introdução do progresso técnico que busca o aumento da produtividade e demanda relativamente menor força de trabalho, gera pressão crescente sobre a classe trabalhadora, piorando as condições para os que estão empregados e dificultando sobremaneira a inserção e a própria sobrevivência da “parte supérflua da população trabalhadora”, exacerbando ainda mais a situação dos trabalhadores já denunciadas por Marx no século XIX.

Para Brito (2019), os processos contemporâneos intensificaram a exploração da força de trabalho a partir da flexibilização das leis e da precarização dos processos, pois esta é uma realidade presente em grande parte das empresas, indústrias, das instituições e também chegou ao setor educacional. Essa tendência é mundial, está atrelada as mudanças do setor produtivo, juntamente com as políticas neoliberais.

Segundo Druck e Borges (2004), um dos fatores da precarização do trabalho são os contratos temporários que geram grande insegurança aos trabalhadores que, por não encontrarem melhores condições de emprego, submetem-se a este regime de contratação esperando futuramente serem contratados como efetivos. Esses trabalhadores são potenciais desempregados, ou seja, ora estão empregados, ora desempregados. Ainda segundo Druck e Borges (2004), este profissional se vê desvalorizado e desmotivado diante desta situação de descartabilidade a que está submetido.

Nessa perspectiva, Lopes, Vallina e Sasaki (2018), relatam que atualmente vivenciamos um difícil processo de desmonte do Estado e de seus serviços, determinado pelo projeto neoliberal e pelas estratégias do capital. Está ocorrendo um retrocesso dos direitos e conquistas sociais dos trabalhadores, que se confirmam pela fragilização das políticas sociais e pelas desregulamentações das condições de trabalho.

A precarização do trabalho teve início nas fábricas e chega à profissão docente, conforme indicam diversas pesquisas, como Brito (2019), Venco (2019), Silva (2019) e Ferreira (2013), que destacam o avanço da precarização das relações de trabalho e a utilização de contratos por tempo determinado no ensino público como fonte de insegurança dos trabalhadores, resultando em perda da identidade e afetando o desenvolvimento e a qualidade do ensino prestado.



No caso da educação, segundo Ferreira (2013), para ter um emprego os trabalhadores se propõem a lecionar disciplinas distintas de sua formação e, logicamente, terão maior dificuldade devido à falta de conhecimento na área, sendo necessário realizar pesquisas para fundamentar suas aulas e nem sempre dispõem do tempo necessário para tal. Assim, a falta de domínio do assunto ou a ausência de tempo para maior aprofundamento teórico incidem sobre a qualidade do ensino e também “[...] é um indicativo da precarização das condições de trabalho docente, que se reflete na perda de sua identidade profissional, pois o professor deixa de ser um especialista na sua área, para tornar-se um prestador de serviços.” (FERREIRA, 2013, p.100).

Ferreira (2013), acrescenta que a incerteza quanto ao futuro profissional se constitui num indicativo de precarização das condições do trabalho docente. No caso do ensino público, os temporários compõem um banco de reserva, ao qual recorrem os gestores escolares, na ausência de professores efetivos. A autora traça um paralelo deste grupo, resguardadas as especificidades do setor público, com o Exército Industrial de Reserva que, segundo denunciou Marx no século XIX, é formado por uma população trabalhadora excedente, compelida a submeter-se à lei do capital.

O que está em questão não é apenas o trabalho docente, mas a educação superior. Segundo Lopes, Vallina e Sasaki (2018, p.31), “[...] nesse cenário a política de educação superior também é atacada, tornando-se um excelente campo para empresariamento e lucratividade do capital, sendo negada como um direito socialmente constituído.” Ainda segundo as autoras, isso vem ocorrendo no Brasil a partir da década de 1990, no contexto da perspectiva neoliberal hegemônica, que tem retirado direitos sociais e trabalhistas e o direito à educação superior, pública e de qualidade.

Esse movimento de expansão do ensino superior iniciou-se no Brasil a partir de 1990, por meio de políticas públicas que ampliaram o acesso ao ensino pregando a ideologia de ascensão social. Lopes, Vallina e Sasaki (2018), relatam que em 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ocorreu acentuada expansão do ensino superior privado possibilitando compras, vendas e fusões de estabelecimentos educacionais. “A essa expressiva exploração econômica do ensino superior denomina-se de “mercantilização da educação.” (LOPES; VALLINA; SASSAKI, 2018, p.33).

Martins (2009), cita que essa mercantilização apresenta pontos positivos para o ensino, dado a capacidade de ofertar grande número de vagas e cursos, absorvendo, portanto, a demanda egressa do ensino médio, mas enfatiza que o problema reside na falta de mecanismos de controle que sejam capazes de fiscalizar os padrões de qualidade acadêmica.

Segundo Calderón (2000), como as universidades particulares buscam o lucro, oferecem produtos e serviços de acordo com a demanda do mercado, diversificando os produtos e serviços ofertados por universidades com os mais variados perfis e missões institucionais, muitas vezes sem haver preocupação com a real qualidade do ensino. Por outro lado, o autor relata que foram as universidades mercantis que possibilitaram a democratização do ensino superior e conseqüentemente o acesso das pessoas à universidade.



Essa ampliação do acesso às universidades, segundo Lopes, Vallina e Sasaki (2018), não teria sido possível se não houvessem os repasses do governo federal, por meio das políticas públicas para a expansão do ensino superior que se efetivaram por meio de programas como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), Programa Universidade para Todos (PROUNI) e Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC), entre outros, ocorrendo o financiamento público indireto do ensino superior privado.

Assim, segundo Elias e Navarro (2019, p.51), o “Estado sustenta o setor privado, direcionando verbas que poderiam financiar o ensino público.” Essa ação de financiamento refletiu no crescimento exacerbado de instituições privadas nas últimas duas décadas, dado confirmado pelo Censo da Educação Superior divulgado pelo INEP em 2019 que apontou que 88,4% das Instituições de Ensino Superior é privada.

Essa oportunidade de crescimento do setor educacional na América Latina, segundo Elias e Navarro (2019), foi vislumbrada pelos investidores internacionais como excelente potencial de lucro, tendo como base a melhoria da distribuição de renda da população brasileira, que aumentou o número de trabalhadores que buscam estudo influenciados pela propagação midiática que prega a perspectiva de ascensão profissional e aumento salarial. Tudo isso, aliado aos incentivos estatais instituídos a partir da avaliação e regulação do ensino superior privado, as bolsas de estudos públicas ou privadas e a renúncia fiscal permitiu um forte crescimento de instituições privadas.

Todo esse movimento, segundo os autores referenciados, é efeito da globalização e das políticas neoliberais, que por meio das avaliações internacionais impõem aos países latino-americanos a abertura do mercado, e dentre eles o educacional, por ser uma excelente oportunidade de investimento para grandes corporações internacionais, afirmativa confirmada pela pesquisa descrita por Costa (2016). Segundo o autor, os gastos com investimentos no programa FIES saltou de R\$ 1 bilhão no ano de 2010 para R\$ 13 bilhões em 2014, representando um significativo incremento nas receitas das instituições privadas. O autor cita que na análise da empresa Kroton, considerada um conglomerado internacional que investe em educação no Brasil, o número de estudantes com FIES passou de 3.506 em 2010, para 89.856 no final de 2013, um aumento de aproximadamente 2.465,8%, que resultou em uma receita líquida de R\$ 718,6 milhões. O autor também chama atenção ao fato de que nessa mesma empresa, em 2014, o número de matrículas de alunos da graduação presencial que possuíam bolsa era de 61,2%, ou 26,2% de todas as matrículas, gerando uma receita líquida de R\$ 1,8 bilhão.

Os dados apontam expressivo crescimento e grandes lucros, mas a qualidade do ensino ou as condições de trabalho dos docentes muitas vezes são relegadas a segundo plano. A partir da aprovação da reforma trabalhista o Estado tem legitimado a flexibilização das relações de trabalho, corroborando para a deterioração das condições de labor dos trabalhadores e, neste caso em especial, dos docentes.

Assim, considerando que a lógica capitalista também está presente no setor educacional, por intermédio da mercantilização da educação, a subjetividade das relações trabalhistas afeta os docentes, estando ligada a um conjunto de medidas baseadas na lógica de mercado que incluem a:



[...] redefinição da carreira docente a partir da flexibilização das relações de trabalho; salário baseado no mérito e gratificação por desempenho; avaliação baseado em regras objetivas; mecanismos de acreditação e definição de normas a nível nacional e internacional. No contexto das reformas neoliberais, o profissional da educação deve oferecer sua força de trabalho em troca de um salário baseado em sua “produtividade” e a sujeitar-se às diferentes formas de (sub) contratação. Para manter-se no mercado, o docente é forçado a se adaptar às exigências do modelo de trabalho flexível e à desregulamentação das relações trabalhistas. (FÁVERO; BECHI, 2020, p.12).

O relato indica que a flexibilização trabalhista provoca a precarização das profissões de diversas maneiras, sendo o tipo de contrato de trabalho um dos grandes causadores da precarização, por imputar insegurança e medo da perda do emprego. Considerando que a mercantilização do ensino superior delegou por suas políticas o desenvolvimento da atividade educacional às esferas privadas e estas apresentaram enorme crescimento e lucro, é importante analisar como estão ocorrendo as contratações da mão de obra docente na esfera do ensino superior privado.

Assim, a seguir serão expostos alguns dados obtidos no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sobre o censo escolar do ensino superior, no caso, especificamente sobre as contratações dos docentes nas instituições de ensino superior privado, além de análises de matérias publicadas em sites da Internet que permitem configurar a situação de precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior privadas. Esclarece-se que o objetivo não é esgotar o assunto, mas despertar o olhar sobre como as políticas públicas que deveriam estar a serviço do bem maior da população, por vezes atuam de maneira contrária, produzindo a precarização.

4. PANORAMA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS

As metas 12, 13 e 14 do Plano Nacional da Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005/2014, tratam do ensino superior e preveem elevar a taxa bruta de matrícula, assegurando que 40% seja na esfera pública. Assim, 60% do ensino superior pode ser desenvolvido por instituições privadas. Preveem também, elevar a qualidade do ensino e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício e ampliar, gradualmente, o número de matrículas na pós-graduação, buscando elevar o número de mestres e doutores.

O objetivo maior destas metas é melhorar a qualidade da educação superior e percebe-se que, neste cenário, o profissional tem destaque, confirmando que a ação do professor não é a única nesse processo, mas tem significativa importância para se atingir as metas.

Assim, a melhoria de ensino depende também da ação do professor. Mas como isso será possível, tendo em vista que as pesquisas sobre o tema denunciam que:

[...] nota-se nas universidades privadas a predominância de uma nova realidade: a demissão de professores doutores de mais larga experiência, cedendo lugar à contratação de especialistas e graduados;



a rotatividade de docentes contratados temporariamente; a ênfase na lógica “menos professores, mais alunos”; o rebaixamento das remunerações, sem perspectivas de recuperação de perdas salariais; o desempenho acadêmico baseado na lógica produtivista, a qual dificulta a realização de práticas que visam à transformação social e à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (SANTOS, 2012, p.236).

Esses são apenas alguns exemplos de uma situação que é confirmada pelos dados oficiais, ou seja, cada vez mais estão sendo flexibilizadas as relações contratuais nas instituições superiores privadas, o que gera insegurança e perda de identidade profissional. Nessa esfera, conforme pode-se observar na tabela 01, entre 1995 e 2018, a maioria dos docentes possui contratos de trabalhos por tempo determinado ou como horista.

Tabela 1 – Número total de docentes em exercício no Brasil, por regime de trabalho, nas instituições de ensino superior do setor privado.

Ano	Total	Tempo Integral	%	Tempo Parcial	%	Horista	%
1995	145.290	63.525	43,72	81.765	56,28%	-	
2000	109.558	18.121	16,54	91.437	83,46	-	
2005	201.841	32.802	16,25	49.019	24,29	120.020	59,46
2010	214.546	51.413	23,96	60.164	28,05	102.969	47,99
2015	222.282	55.337	24,89	84.885	38,19	82.060	36,92
2018	210.606	57.882	27,48	89.339	42,42	63.385	30,10

Fonte: INEP – Censo escolar do ensino superior dos anos citados, adaptada pelas autoras.

Observa-se que o índice de profissionais com contratos por tempo integral teve redução, pois em 1995 eram 43,72%, e em 2018 passou para 27,48%. Por outro lado, os contratos por tempo parcial ou horista passaram de 56,28% no ano de 1995, variando a partir dos anos 2005 até 2018, entre 72,50% até 83,75%.

Esses índices demonstram a precarização da profissão docente, pois, com base em Ferreira (2013), Druck e Borges (2004), Brito (2019), Venco (2019), Silva (2019), Fávero e Bechi (2020), é possível concluir que esse tipo de relação contratual cria insegurança nos trabalhadores fazendo com que ocorra a perda da identidade e compromete a qualidade do ensino prestado.

Não se trata de negar a validade dessas formas contratuais de trabalho, mas é necessário estabelecer equilíbrio entre os índices, pois se o objetivo é buscar a melhoria do ensino, e sabendo que a prática leva ao aperfeiçoamento, isso não será possível nos contratos de curta duração – entre 6 meses ou 1 ano –, que não permitem a própria análise do método e conteúdos desenvolvidos pelo professor.

Os contratos por tempo determinado também não possuem as mesmas garantias dos de tempo integral, pois a remuneração tende a ser menor, ficando “[...] evidente a instabilidade a que está submetido o professor temporário, que diante da necessidade



de subsistência, aceita o contrato precarizado, mesmo possuindo consciência da insegurança que seu vínculo oferece.” (FERREIRA, 2013, p.115).

Observa-se a utilização de um instrumento criado para atender à necessidade de substituição transitória de pessoal ou à demanda complementar de serviços - o contrato por tempo determinado - na realidade está sendo utilizado como estratégia permanente de contratação, pois tem menores custos trabalhistas, como a não exigência de aviso prévio e multa rescisória de 40%, demonstrando que não há preocupação com a qualidade do ensino ou com a situação dos docentes.

Em 2020, num cenário de isolamento social provocado pela pandemia do Covid-19 essa situação tornou-se ainda mais dramática, conforme se pode constatar nos sites de notícias disponíveis na Internet. Na matéria “UP demite mais professores”³ consta que a Universidade Positivo (UP) demitiu cerca de 300 profissionais em julho de 2020 e pelo menos 26 professores em 11 de dezembro e as razões das demissões, segundo o seu reitor, devem-se a não abertura de cursos, da evasão de alunos e alterações de cargas horárias mínimas feitas pelo Ministério da Educação (MEC). O Sindicato dos Professores de Ensino Superior de Curitiba e Região Metropolitana (Sinpes), entretanto, assim se posiciona:

Comprada pela Cruzeiro do Sul Educacional em dezembro de 2019, quando à época tinha cerca de 1.600 empregados e 33 mil alunos, a UP projeta hoje a sombra da mercantilização do ensino promovida por grandes conglomerados educacionais. As mudanças, aos poucos implementadas na universidade pelo grupo, que hoje é o quinto maior da educação privada no país, têm se refletido em constantes demissões, em redução de carga horária de professores e no fortalecimento da modalidade de ensino a distância. (n.p.).

Também datada de junho de 2020, matéria intitulada “Uninove demite mais de 300 professores por pop-up”⁴ informa que, segundo dados do Sindicato dos Professores de São Paulo – SINPRO, a instituição demitiu mais de 300 professores por mensagem de computador e o órgão sindical aponta irregularidades no processo de demissão. A instituição alegou que, em decorrência da pandemia, foi obrigada a adaptar-se à nova situação e chegou “[...] ao limite para manter nosso quadro funcional e todas nossas obrigações contratuais em dia. Salários dos professores foram garantidos pontualmente e vultosos investimentos em tecnologia realizados.” Em contrapartida, o sindicato assim se posicionou: “Com as aulas online, as barreiras físicas de diferentes campi caíram [...] com o ensino remoto, uma mesma aula pode ser acompanhada por mais de cem alunos ao mesmo tempo [...] Com isso, a instituição maximiza os seus lucros e trata os professores como objetos descartáveis.”

Situação semelhante é relatada na matéria “É cruel”: professores encaram aulas virtuais com 300 alunos e demissões por ‘pop-up’ na tela”, datada de setembro de 2020⁵ que informa que a estratégia da Universidade Anhembi Morumbi, em São Paulo,

³ Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/up-demite-mais-professores/>. Acesso em: 11. dez. 2020.

⁴ Disponível em: <https://noticias.r7.com/educacao/uninove-demite-mais-de-300-professores-por-pop-up-24062020>. Acesso em 13. dez. 2020.

⁵ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-23/e-cruel-professores-encaram-aulas-virtuais-com-300-alunos-e-demissoes-por-pop-up-na-tela.html>. Acesso em 13. dez. 2020.



pertencente ao grupo Laureate, é a da redução de carga horária dos docentes, que, segundo o representante do SINPRO, é um dos aspectos de um movimento do ensino superior privado que ele chama de “imoral, mas legal” e que redução nas horas contratuais e demissões estariam ocorrendo em outras universidades privadas do país. Ainda segundo o representante sindical, ao negociar com as universidades a situação trabalhista dos docentes, o mesmo sente-se angustiado com “a precarização do ensino superior privado”, sobretudo com o aumento da educação a distância (EAD) e que a pandemia tem sido usada como desculpa para reestruturação e maximização de lucros.

As consequências desta situação são extremamente prejudiciais ao professor, como aponta a pesquisa, que constatou

[...] a intensificação e ampliação do labor para fora do espaço da sala de aula, invadindo a vida privada. Essa ampliação das atividades segue a lógica gerencialista, com cobrança de metas e uso de recursos tecnológicos como aulas informatizadas e em ambiente virtual, intensificando o labor. Consolida-se um modo de gerenciar o trabalho, utilizando-se de ameaças e pressão, produzindo trabalhadores submetidos ao medo, ansiosos, submissos e obedientes. (ELIAS; NAVARRO, 2019, p.55).

O uso de recursos tecnológicos na educação também trouxe como consequência a redução do campo de trabalho para os docentes, como indica matéria publicada pela Agência Pública em abril de 2020⁶ que denuncia que os textos dissertativos postados na plataforma digital pelos estudantes que frequentam cursos de educação a distância (EAD) ofertados pelas instituições ligadas à rede educacional Laureate na plataforma digital estariam sendo corrigidos por um software de inteligência artificial, o LTI. Afirma a reportagem, a partir do depoimento de um professor da instituição afetado pela medida: “Jonas acredita que, assim que o LTI estiver funcionando sem falhas, todos os professores do EAD Laureate estarão de aviso prévio. ‘Seremos demitidos e trocados por monitores que não necessitam de formação’, diz.”

No contexto da pandemia, o ensino remoto tornou ainda mais difícil o trabalho docente, pois, como consta na matéria “Professores encaram aulas virtuais com excesso de alunos e demissões em massa”⁷:

Diante dessa nova realidade, as escolas privadas passaram a reorientar o planejamento escolar, adotando o trabalho remoto como forma de possibilitar a sequência das atividades escolares. A maioria dos professores não tinha experiência com aulas remotas antes da pandemia e não tiveram nenhum tipo treinamento. De um momento para outro, foram obrigados a transformar suas casas em salas de aulas. (n.p.).

Trata-se, portanto, da formação docente e, quanto ao tema, é importante lembrar que a meta 13 do PNE busca elevar até o ano de 2024 a proporção de mestres e doutores no ensino superior para 75%, sendo no mínimo 35% doutores. Conforme pode-se

⁶ Laureate usa robôs no lugar de professores sem que alunos saibam. Disponível em: <https://apublica.org/2020/04/laureate-usa-robos-no-lugar-de-professores-sem-que-alunos-saibam/>. Acesso em: 16. dez. 2020.

⁷ <http://www.sinproepdf.org.br/noticias/professores-encaram-aulas-virtuais-com-excesso-de-alunos-e-demissoes-em-massa/>. Acesso em: 12. dez. 2020.



observar na tabela 2, está ocorrendo aumento no número de mestres e doutores, sendo que, se forem considerados os dados do ensino superior privado, já foi atingida a proporção, pois no ano de 2018, dos docentes em exercício e afastados, 75,77% possuem titulação de mestres e doutores, mas ainda não se alcançou a proporção de doutores, que em 2018, representou 25,79%.

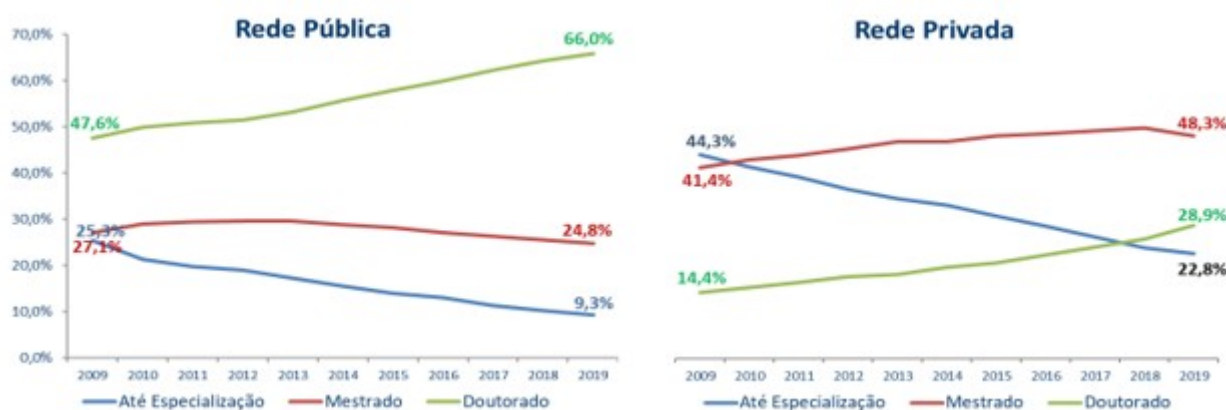
Tabela 2 - Número total de docentes (em exercício e afastados) no Brasil, por grau de formação, nas instituições de ensino superior privado.

Ano	Total	Sem graduação	%	Graduação	%	Especialização	%	Mestrado	%	Doutorado	%
1995	145.290	830	0,57	34.243	23,57	52.527	36,15	34.882	24,00	22.808	15,71
2000	109.558	67	0,06	17.746	16,20	44.166	40,31	35.178	32,11	12.401	11,32
2005	201.841	17	0,008	25.121	12,45	71.136	35,24	80.926	40,09	24.641	12,21
2010	226.140	117	0,05	8.117	3,59	86.884	38,42	96.777	42,80	34.245	15,14
2015	226.863	14	0,006	530	0,23	70.251	30,97	109.173	48,12	46.895	20,67
2018	214.224	11	0,005	216	0,10	51.683	24,13	107.065	49,98	55.249	25,79

Fonte: INEP - Censo escolar do ensino superior dos anos citados, adaptado pelas autoras.

Dados do Censo da Educação Superior (2019) permitem estabelecer um comparativo entre a formação dos docentes das instituições públicas e privadas:

Gráfico 1 - Participação percentual de docentes na educação superior, por categoria administrativa, segundo o grau de formação - 2009-2019.



Fonte: INEP - Censo da Educação Superior: notas introdutórias (2019, p. 27).

Verifica-se que em ambos os tipos de instituições houve ampliação de mestres e doutores, especialmente mais acentuada nas públicas. Esse avanço não é novidade, pois é fruto das políticas ligadas às metas 13 e 14 do PNE, que buscam ampliar o número de mestres e doutores em atuação e também na formação de novos profissionais. O que chama a atenção, neste caso, é a ambiguidade da situação, pois pensando em carreira profissional, espera-se que, com maior escolaridade tenha-se maior segurança e estabilidade. Porém, o que se observa na relação entre os dados



das tabelas 1 e 2 é a exigência do mercado por uma mão de obra cada vez mais especializada onde a formação é constante, o que exige investimentos contínuos por parte dos docentes e, por outro lado, os índices de contratos parciais ou horistas que variam de 72% a 83%, indicando que não está havendo maior segurança ou estabilidade, ou seja, está ocorrendo a precarização das relações trabalhistas.

No tocante à formação para o uso de tecnologias da comunicação e informação em sala de aula, a dificuldade não se restringe aos professores do ensino superior privado, já que o ensino remoto tornou visível a falta de formação dos professores de todos os níveis e etapas da educação. Entretanto, Nóvoa (2022, p.26), ao realizar um balanço acerca das lições aprendidas durante a pandemia, afirma que

[...] as melhores respostas vieram dos próprios professores que, através da sua autonomia profissional e de dinâmicas de colaboração, conseguiram avançar propostas robustas, com sentido pedagógico e com preocupações inclusivas. Mais do que nunca ficou claro que os professores são essenciais para o presente e o futuro da educação.

Em relação às condições de trabalho, tem havido aumento do número de alunos em sala de aula, conforme a matéria “Professores encaram aulas virtuais com excesso de alunos e demissões em massa”⁸ onde consta:

[...] com a adoção da MP 936, transformada pelo Congresso Nacional na Lei nº 14.020, além de reduzirem a carga horária dos docentes, as instituições diminuíram também a quantidade de turmas oferecidas, com o chamado “ensalamento”, (junção de turmas), o que aumentou significativamente o número de estudantes em cada disciplina e ocasionou a demissão de professores considerados excedentes. (n.p.).

Os dados da tabela 3 ratificam a discrepância e a despreocupação com a profissão docente. Houve significativo aumento no número de alunos matriculados e proporcionalmente o número de professores por aluno diminuiu, demonstrando o descaso com a profissão docente.

Tabela 3 - Número de matrículas nos cursos de graduação presenciais, versus número de alunos por docente, nas instituições de ensino superior privado.

Ano	Número de alunos por docente *	Número de matrículas
1995	7,29	1.059.163
2000	16,46	1.807.219
2005	16,16	3.260.967
2010	18,58	3.987.424
2015	21,64	4.809.793
2018	21,32	4.489.690

Fonte: INEP - Censo escolar do ensino superior dos anos citados, adaptado pelas autoras. (dados obtidos pela divisão do número de matrículas, tabela 3, com o número total de professores, tabela 1).

⁸ <http://www.sinproepdf.org.br/noticias/professores-encaram-aulas-virtuais-com-excesso-de-alunos-e-demissoes-em-massa/>. Acesso em: 12. dez. 2020.



Observando a tabela 3, constata-se que entre 1995 a 2018 houve acréscimo no número de matrículas no ensino superior privado de, aproximadamente, 4 vezes. Por outro lado, houve também ampliação de 3 vezes no número de alunos por professor, evidenciando a tendência dos processos contemporâneos, os quais intensificam a exploração da força de trabalho a partir da flexibilização das leis e da precarização dos processos, situação confirmada pela pesquisa de Elias e Navarro (2019) que identificaram que a inserção de novas tecnologias no ensino, visando tornar a organização do trabalho mais produtiva, conduz à precarização da atividade docente porque resulta em aumento de tarefas, de turmas, salas mais cheias, conteúdos diferenciados e, conseqüentemente, maiores exigências e demandas para o professor.

Outro aspecto relacionado ao exercício da docência nas instituições de ensino superior privadas, especialmente em tempos de ensino remoto, é relativo à liberdade de cátedra nos ambientes virtuais, como expresso na matéria “Professores encaram aulas virtuais com excesso de alunos e demissões em massa”, já referenciada.

Esse direito vem sendo negligenciado pelas instituições, pois não equiparam essa forma de trabalho de uma sala de aula presencial para fins de ensino e administração do ambiente educacional e não garantem a permanência exclusiva dos(as) professores(as), dos auxiliares ou da equipe de docentes nas salas virtuais. São comuns as reclamações referentes ao ingresso de integrantes do quadro diretivo escolar (supervisores, diretores) nas plataformas, o que somente é permitido, em caráter excepcional e emergencial, com autorização prévia do(a) docente ministrante da respectiva aula. (n.p.).

Assim, pode-se dizer que as expectativas para a profissão docente não são nada boas e seguem a tendência mundial que, segundo Brito (2019, p.162):

[...] atreladas às metamorfoses do mundo do trabalho e às políticas neoliberais indicam que a precarização e a flexibilização do trabalho constituem uma realidade presente em grande parte das empresas, das indústrias, das instituições e, porque não, das escolas ao redor do mundo. (BRITO, 2019, p.162).

Essa situação já constava no documento “Professores excelentes”, produzido em 2014 por Bruns e Luque para o Grupo Banco Mundial, que apontava a necessidade de responsabilizar os professores para a melhoria da qualidade do ensino: “As estratégias para fortalecer a responsabilidade incluem medidas para reduzir ou eliminar a estabilidade no emprego, aumentar a supervisão e capacitar os clientes (pais e alunos) a monitorar ou avaliar os professores.” (BURNS; LUQUE, 2014, p.42).

Os dados apresentados neste trabalho evidenciam que essas políticas tem sido levadas à efeito, o que exige que os profissionais precisem estar mais bem qualificados, comprometerem-se com o trabalho, o que exige extrapolar as suas horas contratuais, buscando garantir a permanência no emprego, pois com o aumento do desemprego, o profissional se submete a condições de trabalho indesejadas e que geram insatisfação por se encontrar impotente diante do cenário que lhe ameaça a perder o seu sustento.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho e que resultaram na flexibilização, desregulamentação e precarização do trabalho, influenciadas pela globalização e pelas políticas neoliberais dos países capitalistas, já se evidenciava a precarização da profissão docente no ensino superior privado.

Nas últimas décadas temos acompanhado o processo de mercantilização do ensino, que tornou essa uma atividade lucrativa e, portanto, de interesse dos grupos privados, especialmente na educação superior onde há um grande contingente de pessoas que nele ainda não ingressaram. Com o empresariamento da atividade houve a ampliação no número de instituições e de vagas, oferta de cursos por meio da educação a distância e a redução dos custos das mensalidades, porém, em contrapartida fica evidente, pelos dados apresentados e as matérias citadas na mídia, a precarização do trabalho docente nas instituições privadas, se comparado às condições de trabalho das instituições públicas.

Prova disso são os índices que representam o número de contratos por tempo parcial ou horista, os quais variam de 72% a 83%, entre os anos de 2000 a 2018, ficando apenas entre 16 a 27% o número de contratos por tempo integral. Esses resultados demonstram a disparidade nos tipos de contratação e o descaso com a profissão e, conseqüentemente, com a qualidade da educação superior.

O contexto da pandemia de COVID-19 se revelou uma oportunidade para as instituições de ensino de ensino superior privadas impulsionarem várias transformações no sentido de sua crescente privatização, mercantilização e empresariamento como atestam as matérias referenciadas neste trabalho.

Como citado, as metas 13 e 14 do PNE objetivaram que os profissionais que atuam no ensino superior tenham melhor formação ou titulação, pois até 2024, 75% dos docentes que atuam no ensino superior deveriam ser mestres e doutores. Constata-se, contudo, pela tendência dos números pesquisados, que esta melhoria na titulação não garantirá estabilidade ou segurança aos profissionais. Ao contrário, devido a mercantilização da profissão docente, onde se instala uma disputa acirrada pelas vagas de trabalho motivada pelo aumento do desemprego, exige-se cada vez profissionais mais qualificados, sem oferecer benefícios em contrapartida.

Assim, o cenário atual é marcado pela mercantilização do ensino superior e precarização da profissão que provoca conseqüências lesivas ao trabalho docente. Por outro lado, os dados apresentados podem servir de base para lutas que possam culminar em novas diretrizes políticas que venham a garantir o equilíbrio entre o número de professores contratados por tempo integral, com os de tempo parcial (determinado) ou horista. Afinal, o que está em jogo não é apenas a profissão dos docentes, mas a qualidade da educação.

Diante deste cenário, é fundamental não perdermos a esperança, visto que o ser humano é capaz de se reinventar e esperamos que se reinvente buscando o bem social e não os interesses da elite capitalista.



6. REFERÊNCIAS

- ANDRADE, J. M.; LIMA, K. S.; SALES, H. F.; SOUZA, T. F. L. S. Terceirização e precarização do ensino superior no Brasil: uma revisão de literatura. **Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade**, v.11, n.3, p.393-403, jul./set. 2018.
- BOSI, A. de P. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educação e sociedade**, Campinas, v.28, n.101, p.1503-1523, set./dez. 2007.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Plano Nacional de Educação – PNE. Brasília: Presidência da República, 2014.
- BRITO, T. Trabalho, docência e precarização: breves notas de um projeto de pesquisa. **Trabalho & Educação**, v.28, n.3, p.161-178, set./dez. 2019.
- BRUNS, B; LUQUE, J. **Professores excelentes**: como melhorar a aprendizagem dos estudantes na América Latina e no Caribe – visão geral. Washington, D.C.: BM, 2014. Disponível em: <https://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/Highlights%20%20Features/lac/LC5/Portuguese-excellent-teachers-report.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- CALDERÓN, A. I. Universidades mercantis: a institucionalização do mercado universitário em questão. **Perspectiva**, São Paulo, v.14, n.1, jan./mar. 2000.
- CARVALHO, J. **UP demite mais professores**. Curitiba: Plural Curitiba, 11 dez. 2020. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/up-demite-mais-professores/>. Acesso em: 11 dez. 2020.
- CLEMENTINO, A. M.; VIEIRA, L. F. Carreira e avaliação docente na educação básica no Brasil: emergência de novo profissionalismo. **Sisyphus Journal Of Education**, v.8, n.1, p.55-78, 2020.
- DAMASCENA, D.; VALE, P. R. L. F. Tipologias da precarização do trabalho na Atenção Básica: estudo netnográfico. **Trabalho, Educação e Saúde**, v.18, n.3, e00273104, 2020.
- DOMENICI, T. **Laureate usa robôs no lugar de professores sem que alunos saibam**. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/04/laureate-usa-robos-no-lugar-de-professores-sem-que-alunos-saibam/>. Acesso em: 16 dez. 2020.
- DRUCK, G.; BORGES, A. **Terceirização**: balanço de uma década. **Caderno CRH**, Salvador, n.37, p.111-139, jul./dez. 2004.
- DRUCK, G.; FRANCO, T. O trabalho contemporâneo no Brasil: terceirização e precarização. In: SEMINÁRIO FUNDACENTRO, 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, 2009.
- DRUCK, G. A indissociabilidade entre precarização social do trabalho e terceirização. In: TEIXEIRA, M. O.; ANDRADE, H. R.; COELHO, E. D. (Org.). **Precarização e terceirização**: faces da mesma realidade. São Paulo: Sindicato dos Químicos, 2016. p.35-58.



ELIAS, M. A.; NAVARRO, V. L. Profissão docente no ensino superior privado: o difícil equilíbrio de quem vive na corda bamba. **Cadernos de psicologia social do trabalho**, v.22, n.1, p.49-63, 2019.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O. Professor: protagonista e obstáculo da reforma. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.33, n.3, p.531-541, set./dez. 2007.

DOMENICI, Thiago. **É cruel**: professores encaram aulas virtuais com 300 alunos e demissões por 'pop-up' na tela. Madri: Grupo Prisa, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-23/e-cruel-professores-encaram-aulas-virtuais-com-300-alunos-e-demissoes-por-pop-up-na-tela.html>. Acesso em: 13 dez. 2020.

FÁVERO, A. A.; BECHI, D. A Subjetivação capitalista enquanto mecanismo de precarização do Trabalho docente na educação superior. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v.28, n.13, 2020.

FERREIRA, D. C. K. **Os professores temporários da educação básica da rede pública estadual do paraná**: a flexibiliza o das contrata es e os impactos sobre as condi es de trabalho docente. 2013. 185 f. Disserta o (Mestrado em Educa o) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

INEP. **Sinopse estatísticas do ensino superior 1995**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 1996. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 25 jun. 2020.

INEP. **Sinopse estatísticas do ensino superior 2000**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2001. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 25 jun. 2020.

INEP. **Sinopse estatísticas do ensino superior 2005**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 25 jun. 2020.

INEP. **Sinopse estatísticas do ensino superior 2010**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2011. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 25 jun. 2020.

INEP. **Sinopse estatísticas do ensino superior 2015**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 25 jun. 2020.

INEP. **Sinopse estatísticas do ensino superior 2018**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019a. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 25 jun. 2020.



INEP. **Censo da Educação Superior**: notas estatísticas 2019. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019b. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 25 jun. 2020.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones Unad**, Bogotá, v.14, n.2, p.55-73, 24 nov. 2015.

LOPES, M. A.; VALLINA, K.; SASSAKI, Y. A mercantilização do ensino superior no contexto atual: considerações para o debate. **Interfaces Científicas - Educação**, Aracaju, v.6, n.2, p.29-44, fev. 2018.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.30, n.106, abr. 2009.

MAUÉS, O. C.; SOUZA, M. B. Precarização do trabalho docente da educação superior e os impactos na formação. **Em Aberto**, Brasília, v.29, n.97, p.73-85, set./dez. 2016.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposições ou complementariedade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p.239-262, jul./set. 1993.

NOVOA, António. **Escolas e professores**: proteger, transformar, valorizar. Salvador: SEC/IAT, 2022.

OLIVEIRA, D. A.; ASSUNÇÃO, A. A. Condições de trabalho docente. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

R7. **Uninove demite mais de 300 professores por pop-up**. São Paulo: Grupo Record, 23 jun. 2020. Disponível em: <https://noticias.r7.com/educacao/uninove-demite-mais-de-300-professores-por-pop-up-24062020>. Acesso em: 13 dez. 2020.

SANTOS, S. D. M. A precarização do trabalho docente no Ensino Superior: dos impasses às possibilidades de mudanças. **Educar em Revista**, n.46, p.229-244, out./dez. 2012.

SINPROEP. **Professores encaram aulas virtuais com excesso de alunos e demissões em massa**. Brasília/DF: Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal, out. 2020. Disponível em: <http://www.sinproepdf.org.br/noticias/professores-encaram-aulas-virtuais-com-excesso-de-alunos-e-demissoes-em-massa/>. Acesso em: 12 dez. 2020.

VENCO, S. Uberização do trabalho: um fenômeno de tipo novo entre os docentes de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v.35, sup.1, e00207317, 2019.

VERGER, A.; PARCERISA, L.; FONTDEVILA, C. Crescimento e disseminação de avaliações em larga escala e de responsabilizações baseadas em testes: uma sociologia política das reformas educacionais globais. **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade**, v.27, n.5, p.60-82, 2018.

Submetido em: **17/12/2020** Aceito em: **10/04/2023**